

# O Uso do Ambiente Moodle na Auto-Avaliação e Gestão de Cursos Presenciais de Lato Sensu

Maria Lucia Indjaian G. da Cruz  
marialucia.cruz@mackenzie.br  
UPM

Daniel Arndt Alves  
daniel.alves@mackenzie.br  
UPM

**Resumo:** Este artigo descreve o relato de experiência no emprego dos recursos do ambiente Moodle para a elaboração e aplicação de pesquisas visando a avaliação institucional de cursos de pós-graduação Lato Sensu. O principal objetivo é demonstrar como a tecnologia educacional, através do ambiente Moodle, uma conhecida plataforma de ensino a distância, pode ser empregada para a avaliação de cursos presenciais, simplificando a implementação das pesquisas que compõem o processo de auto-avaliação institucional e otimizando o processo de acompanhamento e processamento das informações resultantes da aplicação destas pesquisas.

**Palavras Chave:** Moodle - Auto-Avaliação - Gestão - Lato Sensu -

## 1. INTRODUÇÃO

Avaliação, qualidade e gestão na educação superior são temas que ganham ênfase especialmente a partir dos anos de 1.990, tanto no contexto nacional quanto no internacional e tem diferentes interessados e apoiadores, entre os quais se destacam: os governos, as instituições de ensino superior, as comunidades acadêmicas, as empresas, os alunos e professores, as associações de profissionais, os especialistas em avaliação e os diferentes organismos multilaterais.

No entanto, não existe um único modelo de avaliação, qualidade e gestão da educação superior que possa ser aplicado nas diferentes modalidades de ensino e em diferentes contextos, visto que esses conceitos variam no tempo e no espaço e são socialmente construídos.

Os conceitos de avaliação e gestão são conceitos ainda em construção, como ressaltam FONSECA e OLIVEIRA, “*e a universidade pode ser um espaço para o estabelecimento de uma nova concepção e nova prática de avaliação institucional e de gestão universitária, especialmente como caminho para ressignificação da sua qualidade*”. Da mesma forma, DIAS SOBRINHO (1.996) enfatiza que a qualidade em educação superior é uma construção social e histórica produzida pela comunidade acadêmica, a partir de critérios e conceitos públicos e claros.

No Brasil, a partir dos anos de 1.990, principalmente no âmbito do ensino da graduação o governo federal adota uma série de medidas legais, instrumentos, programas de avaliação, de maneira isolada, tendo como objetivo a regulação e a avaliação de instituições, de cursos e a avaliação do desempenho dos alunos, entre os quais se destacam o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) em 1.993, de caráter voluntário; o Exame Nacional de Cursos (ENC); a Análise das Condições de Ensino (ACE); a Avaliação das Condições de Oferta (ACO). Mas, é apenas em 2004, com a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que se tem a normatização e institucionalização em um único sistema, das três dimensões de avaliação: instituições, curso e desempenho dos alunos.

Por outro lado, algumas Instituições de Ensino Superior (IES) já desenvolviam desde os anos de 1.980, de forma autônoma, processos de avaliação institucional, contemplando as dimensões de auto-avaliação institucional ou avaliação interna e avaliação externa, como é o caso da Universidade Estadual de Campinas, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, da Universidade de Brasília e da Universidade de São Paulo (DIAS SOBRINHO, 1.994; MASETTO, 1.994). A partir de 2.004, com a criação do SINAES essas instituições passam a adaptar os seus processos de auto-avaliação às exigências legais e as instituições que ainda não desenvolviam processos de auto-avaliação passam a implantá-los para atender à legislação.

No âmbito da pós-graduação, que contempla cursos de *Stricto Sensu* e *Lato Sensu*, também denominados de cursos de especialização, a prática da avaliação é mais antiga, mas apenas para os cursos de *Stricto Sensu*.

A avaliação dos cursos e programas de pós-graduação *Stricto Sensu* é realizada pelo governo federal, através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a qual também é responsável pela avaliação e autorização de funcionamento de novos cursos. A primeira avaliação ocorreu em 1.978 e o processo já se encontra consolidado e é reconhecido nacional e internacionalmente.

Os cursos de pós-graduação no Brasil foram normatizados pelo Parecer CFE 977/65 que estabeleceu que os cursos de *Lato Sensu* têm objetivo técnico-profissional, abrangem uma limitada área de saber do campo ao qual pertencem, emitem certificados.

A oferta e avaliação dos cursos de pós-graduação Lato Sensu, não dependem da autorização e avaliação por parte governo federal ou pelos governos estaduais, tendo em vista “as peculiaridades, em especial a mutação dinâmica, ditada por exigências do desempenho profissional” (CAPES).

Assim a avaliação desses cursos é de competência e responsabilidade das próprias instituições de ensino que devem fazê-lo de acordo com a Resolução CNE/CES nº1 de 8 de junho de 2007, que estabelece, entre outras: que a oferta desses cursos independe de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento por parte do governo; a oferta desses será realizada por instituições de educação superior devidamente credenciadas; a carga horária mínima de 360 hs.; ingresso de candidatos diplomados em cursos de graduação ou demais cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino; graduação anterior em curso superior para ingresso ; 50% de corpo docente com titulação de mestrado ou doutorado e os demais 50% de professores especialistas ou de reconhecida capacidade técnico-profissionais e a expedição de certificados pela instituição responsável pelo curso a partir de critérios de avaliação previamente estabelecidos e frequência mínima de 75% .

Os cursos de Lato Sensu podem ser ofertados pelas instituições privadas, públicas e por instituições não educacionais devidamente autorizadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Ressalta-se ainda, que é permitido às instituições públicas a cobrança de taxas podem cobrar taxas, como determina o Parecer CNE/CES nº0364/2002, “visto que não se espera que as universidades públicas destinem recursos públicos para tarefas que não fazem parte de sua missão”. Mais ainda, destaca o Parecer “que inexistem, nos orçamentos das universidades públicas , dotações para os cursos de especialização , também não havendo para eles a hipótese de financiamento pelas Agências de Fomento [...]”

Existem poucos estudos em uma perspectiva longitudinal sobre os efeitos ou impactos desses instrumentos, mecanismos e sistemas de avaliação sobre a qualidade da educação superior, seja no âmbito das instituições, dos cursos ou do desempenho dos alunos.

A maioria dos estudos tem como foco a graduação, como enfatizam SGUISSARDI (2.006) e SAMEISHIMA (2.004). O levantamento bibliográfico realizado evidenciou que não existem muitos estudos que contemplem a avaliação da pós-graduação, particularmente, da pós-graduação Lato Sensu. Mais ainda não existem dados sistematizados agregados por subáreas de conhecimento, unidades da federação ou por tipo de instituição que permita traçar a evolução e expansão desses cursos. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tendo como referência o ano de 2.007, existia no Brasil mais de 8.866 cursos de pós-graduação, sendo que 89,5% são ofertados em IES particulares, das quais, 56% localizadas na região sudeste, o que evidencia a importância das IES particulares da região sudeste na oferta desses cursos e a importância de estudos que contemplem essa modalidade de ensino como objeto de pesquisa.

Não obstante, a pesquisa realizada permite destacar algumas especificidades desses cursos especialmente em relação à natureza e oferta desses cursos, ao perfil do aluno e as suas necessidades e expectativas que tornam esse estudo particularmente interessante para os diferentes interessados nessa temática: gestores de IES e coordenadores de cursos; alunos; professores; empresas dos diferentes ramos de atividade; associações de profissionais entre outros.

A grande quantidade de cursos existentes, o forte predomínio de instituições privadas na oferta desses cursos, a possibilidade de oferta com cobrança de taxas por instituições educacionais e não educacionais, somados a não existência de regulação por parte do governo federal e/ou governos estaduais na oferta e avaliação desses cursos e, considerando-se que esses cursos são dirigidos para profissionais de diferentes áreas de formação que atuam



em empresas de diferentes ramos de atividade, nacionais e multinacionais, podem incentivar a concorrência entre as IES na oferta dessa modalidade de ensino e a adoção de estratégias diferenciadas na seleção de alunos nem sempre realizadas através de processos seletivos, levando a formação de turmas muito heterogêneas e com objetivos e expectativas diferentes em relação ao curso ou aos objetivos do curso.

Esse conjunto de fatores, entre outros, evidencia a relevância e responsabilidade das instituições que oferecem esses cursos na auto-avaliação desses cursos.

Neste trabalho parte-se do pressuposto de que o Governo e as IES tem funções distintas e complementares na avaliação institucional da educação superior, entendida como um instrumento para o planejamento, monitoramento e gestão das funções de ensino, pesquisa, extensão e atividades acadêmico-administrativas das instituições de ensino superior que contempla os processos de avaliação externa e a auto-avaliação, ou avaliação interna,

O governo, ao estabelecer as regras para entrada e permanência dos cursos e instituições no Sistema Nacional de Educação Superior, é responsável pela regulação e controle do sistema garantido um padrão nacional mínimo de qualidade (PNQ). As IES, por sua vez, através de seus processos de auto-avaliação ou avaliação interna são responsáveis melhoria e desenvolvimento de seus cursos.

Assim, conhecer as expectativas e necessidades do ingressante, normalmente um profissional já inserido no mercado de trabalho, e a sua percepção sobre o curso ministrado nos diferentes momentos visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem é função e competência das instituições de ensino e um instrumento de gestão desses cursos.

O objetivo desse estudo é apresentar uma reflexão sobre como as ferramentas de EaD podem ser utilizadas em um processo de auto-avaliação de cursos de Lato Sensu, mesmo integralmente oferecidos na modalidade presencial, visando a sua constante melhoria e aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem e, portanto, de sua qualidade.

Para tanto se realizou uma pesquisa qualitativa com abordagem de estudo de caso em uma universidade privada localizada em São Paulo que oferece cursos de Lato Sensu em diversas áreas do conhecimento e que desde 2.005 conduz um processo de auto-avaliação nestes cursos. Em 2.010, adotou-se o uso do ambiente Moodle (*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*) na realização da auto-avaliação junto aos alunos concluintes desses cursos. Os procedimentos adotados foram a análise documental dos Relatórios e do Banco de Dados da Comissão de Avaliação da Pós-Graduação.

O texto foi estruturado em quatro partes, além da Introdução. Na primeira apresentam-se os pressupostos da avaliação institucional em Instituições de Ensino Superior (IES). Na segunda a caracterização da universidade em estudo e a caracterização do ambiente Moodle como ferramenta de apoio ao processo de auto-avaliação. Na sequência os impactos do processo de auto-avaliação na gestão dos cursos de Lato Sensu e, na última parte, as considerações finais.

## **2. AVALIAÇÃO, QUALIDADE E GESTÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

A avaliação como ressalta DIAS SOBRINHO (2.003) pode ser destinada a múltiplos públicos, pode ter diferentes fins, funções (formativas e/ou somativas), propósitos (melhoria da qualidade e/ou classificação de pessoas e instituições), guarda em si certo grau de subjetividade, expressa valores e está comprometida com posições políticas.

Múltiplos são os públicos a quem podem destinar-se as avaliações. Elas podem ser definidas a partir de distintos ângulos e lhes são atribuídos diferentes fins, funções ou propósitos. Podem ser vistas na perspectiva de sua função ou finalidade e, então são classificadas ora como formativas que são mais comumente internas e centradas no processo, tendo em vista a melhoria da qualidade, ora como somativas, que mais



frequentemente se definem como externas e finalísticas, quase sempre levando à classificação de indivíduos, grupos ou instituições [...]. Podem ter uma intencionalidade educativa ou ser um instrumento de controle e modelação exercido pelo poder político e pelas organizações coercitivas. Podem se pretender técnicas, neutras e objetivas, mas no fundo jamais deixam de ser também subjetivas, mergulhadas em valores e comprometidas com posições políticas. (DIAS SOBRINHO, 2.003, p. 52).

Neste trabalho adota-se a concepção de avaliação e qualidade na educação superior explicitada pela UNESCO, em 1.998, na Declaração Mundial sobre Educação Superior, que entende que a educação superior frente aos desafios e dificuldades que se apresentavam especialmente os relacionados ao seu financiamento; a igualdade de condições no ingresso; a melhoria relativa de seu pessoal e ao desenvolvimento e manutenção da qualidade no ensino, pesquisa e serviços de extensão, deveria adotar um processo de avaliação sistemático, centrado em produtos e processos, inseparável de sua pertinência social e fundamentado em uma auto-avaliação interna e em uma revisão externa com especialistas independentes como mecanismos essenciais para assegurar a qualidade da educação superior.

A qualidade em educação superior é um conceito multidimensional que deve envolver todas as suas funções e atividades: ensino e programas acadêmicos, pesquisa e fomento da ciência, provisão pessoal, estudantes, edifícios, instalações, equipamentos, serviços de extensão à comunidade e o ambiente acadêmico em geral. Uma auto-avaliação interna transparente e uma revisão externa com especialistas independentes, se possível com reconhecimento internacional, são vitais para assegurar a qualidade” (Declaração Mundial sobre Educação Superior, 1.999, p. 28).

A auto-avaliação é, portanto, uma etapa fundamental do processo e tem o mérito de ser pedagógica, pois como enfatiza DIAS SOBRINHO (1.994, p.96), “*é produção e organização de conhecimento e crítica da instituição pelos seus próprios agentes. Por isso que seu primeiro momento é de auto-avaliação*”. Mais ainda, destaca SAUL (2.000) a auto-avaliação é emancipatória, pois é um processo crítico transformador, realizado pelos próprios agentes educacionais que exercem a sua própria histórica e geram alternativas de ação.

A avaliação, assim entendida é mais do que simplesmente medir, pois como destaca GATTI (2.000, p.85), “*medir é meio para levantar dados, mas não é avaliação: avaliar é analisar, comparar, relacionar dados e emitir um julgamento sobre eles segundo alguns referentes*”. A avaliação deve ajudar os educadores a tomar decisões no sentido de melhor entender e atender às necessidades dos alunos, como destacam STUFFLEBEAM e WEBSTER (1.999).

Nesse sentido, entende-se a auto-avaliação como um instrumento de gestão de instituições de ensino superior cuja condução é realizada pela própria comunidade acadêmica com o objetivo de identificar pontos de melhoria nas atividades e funções da instituição voltadas para o ensino, a pesquisa, a extensão, para a administração acadêmico-financeira, para a estrutura física e demais serviços de apoio ao processo de ensino-aprendizagem e dessa subsidiar a tomada de decisões com o objetivo de propiciar melhorias contínuas e gradativas no processo de ensino-aprendizagem.

O conceito de gestão considerado é o utilizado em uma perspectiva mais ampla, conforme destacado por FONSECA e OLIVEIRA, que “*é capaz de incorporar em um único e essencial processo o planejamento educacional, a formulação de políticas educacionais e a sua implementação, que pode ser entendida como o englobamento do conjunto de ações operacionalizadas no interior das instituições educacionais partindo dos setores macro até as unidades escolares*”.

No entanto, como destaca CUNHA (2.004), para que a auto-avaliação tenha legitimidade e propicie uma participação reflexiva da comunidade acadêmica é preciso ressignificar o termo, pois a cultura da auto-avaliação foi se perdendo com o tempo e se



tornando assessória e, até mesmo, inexistente. Ao que tudo indica, mesmo com a implantação do SINAES em 2004 e a institucionalização da auto-avaliação não estaria ocorrendo uma cultura efetiva de avaliação no interior das IES e sim um processo de padronização dos projetos de auto-avaliação institucional na maioria das instituições, especialmente nas que não desenvolviam processos de auto-avaliação anteriormente, como destaca FONSECA e OLIVEIRA.

### **3. A AUTO-AVALIAÇÃO DE CURSOS DE LATO SENSU NO AMBIENTE MOODLE**

A instituição em estudo desde 1.991, quando foi nomeada a primeira Comissão para Assuntos de Avaliação, tem se preocupado seriamente com a questão da auto-avaliação institucional.

A partir de 1.997, a auto avaliação institucional nos programas de pós-graduação ganha a centralidade na instituição como parte de um projeto de reestruturação do setor. Gradativamente o processo contempla as outras modalidades de ensino entre elas a da pós-graduação Lato Sensu que teve um rápido desenvolvimento e expansão. A partir de 2.005, tem início um processo sistemático de avaliação junto aos concluintes desses cursos com o objetivo de se identificar eventuais pontos de melhorias na oferta desses cursos. Tal processo é coordenado pela Comissão de Avaliação da Pós-Graduação Própria de Avaliação (CPA).

Atualmente os cursos de Lato Sensu são responsáveis por 60 cursos, distribuídos em diversas turmas nas áreas do conhecimento: administração, arquitetura, engenharia, direito, letras e saúde, os quais representam 89% (6.262 alunos) dos alunos da pós-graduação na instituição. Esses números mostram não só a relevância quantitativa da oferta desses cursos para o conjunto de cursos de pós-graduação da instituição quanto a complexidade para a operacionalização de um processo de auto-avaliação que contemple essa diversidade de cursos e turmas nos diferentes *campi* da instituição.

Tendo em vista a diversidade e quantidade de cursos e turmas e a natureza desses cursos voltados para uma formação que contemple os constantes avanços tecnológicos e científicos, em um contexto globalizado e em constante mudança um processo de auto-avaliação que permitisse aos gestores conhecer a percepção do aluno frente ao curso realizado e identificar eventuais pontos de melhoria passou a ser de vital importância. Para tanto a principal meta da auto-avaliação era o de implantar gradativamente um conjunto de instrumentos de avaliação nos diferentes momentos do processo de ensino-aprendizagem com o objetivo de realizar um diagnóstico e identificar pontos de melhoria nos cursos oferecidos.

Tendo em vista que esses cursos se desenvolvem em dois ou três semestres tornava-se necessário que o processo de auto-avaliação desses cursos se tornasse cada vez mais ágil, flexível e que os resultados pudessem ser rapidamente compartilhados com todos os envolvidos para que pudesse, dessa forma, subsidiar a rápida tomada de decisões.

O processo realizado até o ano de 2.010 tinha como principais características:

- garantir o anonimato;
- participação voluntária;
- o preenchimento manual de um questionário que deveria ser enviado pessoalmente ou via malote para as diferentes unidades e *campi* que estivessem oferecendo cursos de Lato Sensu. O questionário era composto por questões abertas e fechadas. As questões fechadas eram avaliadas em uma escala de cinco pontos onde se buscava conhecer o grau de concordância dos alunos com relação a um conjunto de assertivas previamente definidas e por questões abertas que procuravam conhecer os pontos fortes e fracos do curso realizado;



- o processamento das respostas das questões fechadas era realizado através de leitura ótica e as questões abertas eram digitadas separadamente. Esse processo além de moroso, não permitia que os dados relativos às questões abertas e fechadas fossem sistematizados em um mesmo relatório, nem que contemplasse as diferentes saídas de relatórios de acordo com a diversidade de cursos, turmas e áreas e subáreas de conhecimento e *campi* envolvidos na avaliação: filtrados pelo o total de respondentes, pelo o total de respondentes por grandes áreas de conhecimento, pelo total de respondentes por cursos, pelo total de respondentes por turmas e por turmas de um curso;
- a operacionalização do processamento dos dados era realizada junto com o departamento de informática o que implicava em um cronograma que nem sempre podia ser obedecido, na medida em que o departamento além de suas atividades dava suporte para vários outros departamentos da instituição.
- a divulgação do processo também era realizada de forma centralizada e exclusiva pelo departamento de tecnologia da informação da instituição o que dificultava e, por vezes impedia a realização de ações simples de reforço na divulgação e sensibilização da comunidade acadêmica tais como: prorrogação na data de término da aplicação para o conjunto de alunos concluintes ou para um grupo de alunos de determinada área ou curso; envio de e-mail para ampliar a participação. Essas solicitações deveriam ser encaminhadas com muita antecedência e nem sempre poderiam ser atendidas durante o período de aplicação.

Em paralelo ao processo de desenvolvimento das metodologias de auto-avaliação institucional, a universidade, também preocupada com a modernização de seus cursos e o oferecimento de cursos na modalidade a distância, tem se preparado tecnicamente com modernas ferramentas. Esta preparação técnica tem um histórico de análise, avaliação e desenvolvimento de ferramentas técnicas para suportar, inicialmente as atividades de apoio aos cursos presenciais, ampliando os limites da sala de aula, mas também vislumbrando um futuro oferecimento de cursos na modalidade de EaD.

Em 2.003, o primeiro ambiente avaliado foi o WebCT, este produto foi adquirido pela Blackboard (GARTNER, 2.005). Na época, esta ferramenta se tornou bastante eficiente do ponto de vista técnico, e com um custo dentro do orçamento da instituição. Conforme sua adoção pelo corpo docente foi aumentando, o valor de licenciamento para a quantidade crescente de usuários foi tornando-se inviável financeiramente. Então o Departamento de Tecnologia da Informação, em conjunto com alguns professores pesquisadores da universidade passaram a avaliar outras possibilidades, financeiramente mais viáveis para adoção como ferramenta de apoio aos cursos presenciais.

Em 2.005, foi disponibilizado, em caráter de teste a ferramenta TelEduc (TELEDUC, 2.006). O TelEduc é uma ferramenta *open-source*, desenvolvida por um grupo de pesquisadores da UNICAMP. O TelEduc foi utilizado por mais de um ano na universidade, porém, devido a graves problemas de performance e segurança, sua adoção não foi possível em grande escala pelos docentes da instituição.

Em 2.006, um grupo de professores, em conjunto com o Departamento de Tecnologia da Informação realizaram a instalação do ambiente Moodle (MOODLE, 2.012), o qual, inicialmente foi disponibilizado a alguns professores que tinham interesse em utilizar a ferramenta como apoio aos seus cursos presenciais na universidade. A primeira versão disponibilizada do ambiente Moodle para uso pelos professores foi a versão 1.5.

Em 2.007, com o apoio da reitoria da universidade, foi criado um grupo no Departamento de Tecnologia da Informação responsável pela profissionalização da



administração do ambiente, bem como a sua disponibilização, de maneira institucionalizada a todos os professores da universidade. A partir do segundo semestre letivo de 2.007, todas as disciplinas/turmas de cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela universidade contam com o apoio deste ambiente às suas atividades presenciais.

De acordo com a orientação da reitoria, o ambiente Moodle encontra-se disponível de forma institucionalizada a todas as disciplinas/turmas dos cursos oferecidos pela universidade, porém, cabe a cada professor definir se, e como este recurso será utilizado em suas aulas. A cada semestre letivo, a adoção dos recursos pelos dos professores vem crescendo consideravelmente. O incentivo por parte da reitoria da universidade e a troca de experiências entre os docentes tem motivado diversos professores a empregarem esta tecnologia de forma complementar as suas aulas presenciais.

Em 2.010, com a adoção do ambiente Moodle por parte da instituição para apoio aos seus cursos presenciais, após um grande esforço de capacitação de todos os docentes da universidade, a Comissão da Auto-Avaliação da Pós-Graduação em uma ação conjunta com a Coordenadoria de Educação a Distância da instituição desenvolveu uma aplicação no ambiente Moodle para realizar o processo de auto-avaliação da pós-graduação (Stricto Sensu e Lato Sensu). Inicialmente o processo foi desenvolvido na versão 1.9.8 do ambiente Moodle, que estava em produção naquele período na universidade.

O ambiente Moodle é um software *open-source*, seu código-fonte é disponível a qualquer pessoa interessada e pode ser obtido gratuitamente a partir do site oficial da ferramenta (MOODLE, 2.012). A universidade, dentre os seus cursos oferecidos, oferece cursos na área de Tecnologia da Informação, desta forma, o ambiente Moodle deve estar em constante evolução, acompanhando o desenvolvimento do software, de forma a garantir a estabilidade e segurança necessária às informações a ele confiadas. Como uma prática da instituição, a cada semestre letivo são implementadas novas versões (*major versions*), enquanto que no decorrer do semestre letivo as correções de problemas (*bug patches*) são constantemente aplicadas ao ambiente, após sua homologação pela equipe técnica responsável pela administração e manutenção da plataforma.

O processo de auto-avaliação já se encontra em sua quarta aplicação e está sendo realizado atualmente na versão 2.3.1, a cada semestre este processo sofreu modificações, não somente técnicas, mas também em seus processos de aplicação e acompanhamento, com o objetivo de constante aprimoramento. As principais características do processo que tem os mesmos pressupostos de participação voluntária e garantia do anonimato.

### 3.1. MODELAGEM DO AMBIENTE DE AVALIAÇÃO

Tendo em vista a aplicação das pesquisas de avaliação de curso e de disciplinas dos programas de pós-graduação da universidade, o primeiro passo foi a definição de um ambiente para que os participantes (alunos e professores) tivessem o acesso aos questionários e pudessem, de forma anônima, enviar suas respostas.

Na modelagem do ambiente virtual, foi tomado como requisito principal a facilidade no acesso e a simplicidade no preenchimento e submissão do questionário. Para os gestores, a principal característica do ambiente seria a possibilidade do acompanhamento da participação na avaliação em tempo real, ajudando na promoção de informações motivadoras para a participação dos usuários.

### 3.2. AVALIAÇÃO DOS MÓDULOS DISPONÍVEIS

A primeira etapa para a modelagem do ambiente de avaliação foi a análise das diversas opções de módulos disponíveis no ambiente Moodle que poderiam vir a serem



empregados na tarefa de disponibilização de questões e coleta de respostas. Uma das características principais deste tipo de pesquisa é o anonimato dos participantes.

A primeira opção avaliada foi o módulo de Questionário (*Quiz*), nativo nas instalações padrões do ambiente Moodle. Porém, a modelagem de um banco de questões de uso exclusivo em um único questionário, e a impossibilidade da realização de uma pesquisa de forma anônima foi motivadora na busca de um módulo opcional.

Após a análise de diversas opções, adotou-se o módulo *Questionnaire*. Este módulo opcional, de fácil instalação no ambiente Moodle, propiciou um rápido desenvolvimento do formulário a ser aplicado, bem como a possibilidade da aplicação da pesquisa de forma anônima.

### 3.3. VANTAGENS DO EMPREGO DO MÓDULO *QUESTIONNAIRE*

O módulo *Questionnaire* é um módulo opcional disponível para o ambiente Moodle. Assim como os demais módulos opcionais, este é um módulo desenvolvido por um grupo de programadores cujo excelente trabalho ainda não é distribuído junto com os módulos básicos do ambiente.

O módulo *Questionnaire* é um módulo bastante tradicional no ambiente Moodle. Disponível desde a versão 1.5 do Moodle, este módulo já se encontra totalmente adaptado e funcional para o uso com a última versão estável do ambiente Moodle (2.3.1).

O módulo *Questionnaire* é um tipo de atividade em formato de pesquisa. Este módulo permite que os professores criem uma ampla gama de perguntas para obter *feedback* dos alunos, por exemplo em um curso ou atividades. Os objetivos do módulo *Questionnaire* são muito diferentes dos módulos nativos de Lição (*Lesson*) ou o módulo Questionário (*Quiz*). O módulo *Questionnaire* permite que o aluno não seja avaliado ou testado, mas sim que se colem dados e opiniões dele.

As características deste módulo se encaixaram perfeitamente nos objetivos para seu emprego na auto-avaliação institucional, e vem sendo empregado com sucesso neste tipo de pesquisa.

A simplicidade da modelagem da pesquisa, sem a complexidade da necessidade da elaboração e manutenção do banco de questões, necessário para o funcionamento do Questionário (*Quiz*), na visão da equipe de elaboração dos questionários é uma grande vantagem.

Na visão dos estudantes, a possibilidade de expressar suas opiniões em um questionário anônimo, garante a liberdade de expressão, sem o receio de ser identificado e correr o risco de quaisquer sofrer quaisquer ações em virtude de sua opinião exposta.

Na visão da equipe envolvida no processo de avaliação, a principal vantagem do emprego do módulo *Questionnaire* é que todo o processo pode ser acompanhado em tempo real. Enquanto a pesquisa ainda está no ar, coletando os dados, os gestores podem acompanhar a evolução dos resultados, tendo dados para ativamente trabalhar nas ações motivadoras para que mais estudantes participem e expressem suas opiniões, enriquecendo ainda mais os resultados da pesquisa.

### 3.4. RESULTADOS OBTIDOS COM O EMPREGO DO AMBIENTE MOODLE

A operacionalização do processo de auto-avaliação no ambiente Moodle em andamento permitiu:

- aplicar simultaneamente em todas as turmas de concluintes dos diferentes *campi* da instituição;



- gestão do processo em tempo real por todos os envolvidos;
- adotar ações complementares de divulgação junto às turmas onde a participação estivesse baixa;
- ampliar o prazo de aplicação de acordo com as necessidades das diferentes áreas, de forma ágil e independente de outros departamentos técnicos da instituição;
- esclarecer eventuais dúvidas de alunos, professores e funcionários técnico administrativos durante o processo de aplicação;
- acessar o ambiente de avaliação de qualquer hora de diferentes locais;
- acessar os resultados parciais em tempo real de diferentes locais;
- ampliar o espaço para registro das questões abertas;
- melhorar o *layout* das questões fechadas nas dimensões da tela do computador;
- monitorar o processo em toda a fase de aplicação;
- processamento em diferentes saídas de acordo com os diferentes níveis institucionais envolvidos;
- corrigir e/ou alterar o sentido de uma questão caso ela não esteja sendo bem compreendida no mesmo momento em que a informação for detectada ou comunicada, sem a necessidade da abertura de chamados técnicos especializados para o Departamento de Tecnologia da Informação;
- inclusão manual de forma rápida de alunos que por alguma razão não constavam no banco de dados de concluintes, sem a necessidade de profundos conhecimentos técnicos em bancos de dados e na estrutura interna do ambiente;
- agilidade para atribuição ou revogação das permissões de acesso aos resultados;
- divulgar dos resultados parciais da aplicação em tempo real;
- exportar os dados processados para outros aplicativos especializados para análises complementares;
- estimular a cultura do uso da ferramenta de EaD também na gestão de cursos de Lato Sensu;

#### **4. IMPACTOS DA AUTO-AVALIAÇÃO NA GESTÃO DE CURSOS DE LATO SENSU**

Os resultados obtidos na auto-avaliação dos cursos de Lato Sensu permitiram identificar alguns pontos de melhoria no planejamento da oferta desses cursos e, dessa forma, contribuir para uma reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem, entre os quais destacam-se:

- rever o planejamento da oferta da Disciplina Metodologia do Trabalho Científico (MTC) – a disciplina é ofertada em todos os cursos de Lato Sensu e, desde 2.010, é realizada exclusivamente na modalidade semi-presencial. Os comentários provenientes dos alunos sinalizaram na necessidade de alguns ajustes no planejamento da oferta da disciplina, especialmente na distribuição



do tempo para presencial e a distância e no semestre em que a disciplina é ministrada para evitar sobrecarga de atividades no último semestre do curso.

- rever as práticas e o sentido da avaliação do processo de aprendizagem especialmente em cursos da área de Direito.
- adotar atividades específicas de apoio aos docentes que atuam como tutores em disciplinas que utilizam o ambiente Moodle como ferramenta de apoio às atividades presenciais e semi-presenciais.
- implantar programa de desenvolvimento de docentes dos cursos de Lato Sensu especialmente no tocante à didática e uso de recursos digitais na educação.
- ampliar o número de avaliações: implantar uma avaliação de disciplinas durante o processo de ensino-aprendizagem para identificar pontos que possam ser melhorados durante a realização da disciplina e adotar uma avaliação junto ao ingressante para identificar as suas expectativas e necessidades.
- estimular o uso do ambiente Moodle por parte dos professores como apoio às atividades presenciais desde o início do curso para que o aluno possa se familiarizar gradativamente com o ambiente.
- acompanhar o processo para que possa subsidiar as decisões na implantação de cursos de EaD na instituição.

A partir dessas considerações nota-se que a prática da auto-avaliação na gestão de cursos implicou na identificação de mudanças não só no processo de planejamento da oferta desses cursos em mudanças quanto a adoção de ações visando o desenvolvimento dos docentes e tutores desses cursos tendo como objetivo a melhoria do processo de ensino-aprendizagem como destacavam FONSECA e OLIVEIRA. Assim, *“a auto-avaliação deveria implicar mudanças no processo de planejamento; de decisões, na organização curricular, na infra-estrutura, no quadro de pessoal, no sistema normativo e no processo de mudança organizacional e pedagógica. Além disso, a avaliação institucional precisa, de alguma forma, contribuir para a reflexão acerca do processo ensino-aprendizagem e com a produção do trabalho acadêmico em geral”*.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo desse estudo foi o de realizar uma reflexão sobre como, em especial o ambiente Moodle, pode ser utilizado em um processo de auto-avaliação de cursos de Lato Sensu, em uma universidade privada visando a melhoria constante e o aprimoramento do curso e, portanto do processo de ensino-aprendizagem.

A reflexão aqui realizada permite dizer que o uso do ambiente Moodle como ferramenta de apoio a um processo de auto-avaliação de cursos de Lato Sensu em uma universidade privada de grande porte localizada na cidade de São Paulo e que já desenvolvia um processo de auto-avaliação anteriormente à implantação do SINAES, de forma autônoma contribui para: a identificação de pontos de melhorias no processo de ensino-aprendizagem, a implantação de algumas dessas melhorias, a inclusão gradativamente de um número maior de participantes da comunidade acadêmica na gestão do processo de auto-avaliação e uma mudança gradativa na cultura da auto-avaliação da instituição.

## **6. REFERÊNCIAS**



\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CES 0364/2002, de 6 de novembro de 2002

\_\_\_\_\_. Resolução nº1, de 8 de junho de 2007.

CUNHA, Maria Isabel. Auto-avaliação como dispositivo fundante da avaliação institucional emancipatória. In: **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, Campinas, ano 9, vol. 9, dez. 2004.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação institucional: marcos teóricos e políticos. **Revista de Avaliação Institucional das Instituições de Ensino Superior**, Campinas, n. 1, p. 15-24, 1996.

\_\_\_\_\_. **Avaliação institucional na Unicamp**. Campinas: Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_. Campo e caminho da avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil. In: **Avaliação construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Editora Insular, 2003.

FONSECA, M. ;OLIVEIRA, J.F. Avaliação institucional nas instituições de educação superior: mecanismos de articulação entre avaliação e gesto universitária. Disponível em : <[http://www.redecaes.com.br/bibliografia\\_joao/avalia%C2%A6%C3%8Ao.pdf](http://www.redecaes.com.br/bibliografia_joao/avalia%C2%A6%C3%8Ao.pdf)>. Acesso em: 30 Jun. 2012.

GARTNER. Blackboard's Acquisition of WebCT Takes Campuses by Surprise. In: **Gartner Inc. Archive**, 17 Out. 2005. Disponível em: <<http://www.gartner.com/id=486212>>. Acesso em: 10 Jul. 2012.

GATTI, B. A. Avaliação institucional e acompanhamento de instituições de ensino superior. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 21, p. 93-108, 2000.

MASETTO, M. T. (Org.). **Auto-Avaliação em Cursos de Pós-Graduação - Teoria e Prática**. Campinas: Papyrus, 2004.

MOODLE HQ., Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment. Disponível em: <<http://moodle.org/>>. Acesso em: 13 Jul. 2012.

SAUL, A. M. Avaliação da universidade: buscando uma alternativa democrática. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 1, p. 17-20, 1990.

\_\_\_\_\_. **Avaliação emancipatória**. Desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. São

SGUISSARDI V. A avaliação defensiva no modelo CAPES de avaliação – É possível conciliar a avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado?, **Perspectiva**, Florianópolis, v.24, n.1,p.49-89, jan/jun. 2006.

SHAMESHIMA, D.,C.T., **Avaliação Institucional: Uma Análise da Produção do Conhecimento (1990-2002)**. Dissertação (Doutorado em Educação e Currículo) Faculdade de Educação PUC, São Paulo, 2004. Paulo: Cortez Editora, 1988.

STUFFLEBEAM, D. L. ; WEBSTER, W. T. Uma análise de abordagens alternativas de avaliação. In: SOUSA, Eda C. B.M. **Avaliação em instituições de ensino superior**. Brasília: IESB/UnB, 1999.

TELEDUC. TELEDUC Educação a Distância. Disponível em: <<http://www.teleduc.org.br/>>. Acesso em: 13 Jul. 2012.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior**. São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, 1999.